

DITADURA EM ESCALA LOCAL: REPRESSÃO POLÍTICA EM APUCARANA (1968 – 1979) E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Jonathan Pereira Pardiniho ¹

RESUMO

A Ditadura Civil-Militar brasileira (1964–1985) estruturou um aparato repressivo que alcançou também cidades médias e pequenas do interior, como Apucarana-PR. Este trabalho que está em andamento tem como objetivo investigar a repressão política na cidade entre 1968 e 1979, com foco na atuação do 30º Batalhão de Infantaria Motorizado. Fundamentado em teorias de memória social, história local e na abordagem de consciência histórica de Jörn Rüsen, o estudo utiliza análise documental (jornais, documentos oficiais e institucionais) e entrevistas com moradores que vivenciaram o período para compreender como esses episódios têm sido lembrados, esquecidos ou silenciados no espaço público e no ensino escolar. Os resultados parciais indicam que a repressão local reproduz dinâmicas nacionais, mas apresenta especificidades regionais que influenciam a construção da memória histórica e sua inserção no currículo escolar. Como desdobramento, está previsto o desenvolvimento de material didático para o Ensino Médio que articule história local, direitos humanos e práticas pedagógicas críticas. A pesquisa busca contribuir para ampliar o debate sobre memória social e ensino da ditadura, valorizando perspectivas regionais pouco exploradas.

Palavras-chave: Ensino de História, Ditadura Civil-Militar, História local, Repressão política, Memória social

INTRODUÇÃO

Nas ruas de Apucarana, município localizado na região norte do Paraná, entre 1968 e 1979, o regime militar não era notícia apenas no rádio: era uma presença concreta, sentida e sensível. A Ditadura Civil-Militar brasileira (1964–1985) estruturou um aparato repressivo, que monitorava organizações estudantis, religiosas, movimentos sociais e veículos de imprensa local, operando não apenas nas grandes capitais, mas também em cidades médias e pequenas do interior.

Municípios estratégicos, como Apucarana-PR que fica a 365 km de Curitiba e a 55 km de Londrina, e possuía um importante tronco rododiferroviário, passaram a abrigar unidades

¹ Mestrando do Curso de Ensino de História da Universidade Estadual de Maringá - UEM, jonathanpardinho@gmail.com;





militares que atuavam como braços regionais da repressão política. No entanto, essa dimensão interiorana do regime permanece amplamente ausente dos livros didáticos, os quais tendem a concentrar suas narrativas nas experiências do eixo Rio-São Paulo, o que pode contribuir para visões limitadas de que a violência estatal foi um fenômeno restrito aos grandes centros urbanos.

Embora já existam pesquisas consistentes sobre a repressão política durante a Ditadura Civil-Militar em municípios do interior brasileiro, com destaque para os trabalhos de Guilherme Alves Bomba (2016; 2022) sobre Apucarana-PR, e os dados sistematizados pela Comissão Nacional da Verdade (2014), que evidenciam a atuação de unidades militares em diversas cidades fora dos grandes centros. Essas análises ainda não resultaram em propostas didáticas articuladas ao ensino básico. Falta, em especial, uma reflexão sistematizada que conecte o estudo da repressão em escala local (com suas memórias, silenciamentos e resistências) a práticas pedagógicas críticas.

Diante dessa ausência de articulação entre pesquisa histórica e prática escolar, este projeto buscará contribuir nesse sentido, tomando Apucarana como estudo de caso para refletir sobre a repressão no interior e propor uma abordagem de ensino baseada na história local, estruturada a partir da metodologia da aula-oficina (BARCA, 2004), com potencial de adaptação para diferentes realidades escolares. Ao explorar a ditadura em escala local, pretende-se construir um modelo didático replicável, que promova a formação histórica crítica dos estudantes e o fortalecimento de valores democráticos.

Entendemos que a falta dessa abordagem na educação básica pode contribuir para uma compreensão distorcida do período, associando o autoritarismo exclusivamente aos grandes centros urbanos e apagando o envolvimento das comunidades interioranas. Compreender o papel do Exército em Apucarana e região durante o regime militar permite ressignificar o ensino de História, ampliando a compreensão de como o regime militar atuou não apenas em pontos isolados, estendendo seus tentáculos por todo o território nacional, estimulando o engajamento crítico dos estudantes com sua própria realidade e com os mecanismos de silenciamento ainda presentes na sociedade. Além disso, a atualidade do debate público sobre democracia, autoritarismo e o uso político das Forças Armadas (evidenciado por episódios como os ataques às instituições em 8 de janeiro de 2023) reforça a urgência pedagógica do tema.



METODOLOGIA

A pesquisa será conduzida sob a perspectiva da história e da didática da história, fundamentando-se nos pressupostos teóricos de Jörn Rüsen, especialmente quanto à formação da consciência histórica e no paradigma indiciário de Carlo Ginzburg. Com o objetivo de analisar a repressão durante a ditadura civil-militar em Apucarana (1968–1979) e sua articulação com o ensino de história. Visto que o estudo se encontra em fase inicial, a metodologia aqui apresentada é projetada e poderá ser ajustada conforme o desenvolvimento do trabalho.

A investigação se baseará em revisão bibliográfica e documental, contemplando obras de referência sobre memória, repressão e ensino de história, bem como documentos históricos, relatórios da Comissão Nacional da Verdade e registros locais disponíveis. Esses materiais permitirão identificar silenciamentos, memórias fragmentadas e a construção de narrativas sobre eventos pouco documentados. Além disso, Apucarana será tomada como estudo de caso, considerando fontes primárias e secundárias, registros orais e memoriais, de modo a reconstruir experiências históricas marcadas por silenciamentos institucionais e resistências locais. Para a aplicação pedagógica, será utilizada a metodologia da aula-oficina (BARCA, 2004), permitindo que os estudantes se apropriem do passado, construam narrativas próprias e reflitam criticamente sobre a memória local, conectando passado, presente e perspectivas futuras.

A abordagem será feita de forma qualitativa buscando priorizar a compreensão das experiências históricas e da memória coletiva em diálogo com a construção da consciência histórica dos estudantes e é esperado que, à medida que a pesquisa avance, sejam desenvolvidos instrumentos específicos de coleta e análise de dados, como entrevistas e atividades pedagógicas piloto, possibilitando ajustes metodológicos conforme os resultados preliminares. A pesquisa seguirá todas as normas éticas vigentes, sendo submetida à avaliação da comissão de ética da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHistória) sempre que envolver entrevistas ou dados de participantes. Caso sejam utilizados registros visuais ou audiovisuais, serão respeitados os direitos autorais e obtidas autorizações para uso das imagens, garantindo a proteção de autores e participantes.





REFERENCIAL TEÓRICO

X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

A memória é um dos principais territórios de disputa simbólica e política em torno da (re)construção do passado, e longe de ser um repositório neutro de lembranças, ela é continuamente selecionada, reelaborada e instrumentalizada por atores sociais e instituições que possuem maior capital simbólico e conforme os interesses sociais em jogo (BOURDIEU, 1989), contribuindo diretamente para a solidificação das narrativas históricas como oficiais e para a imposição de uma perspectiva como se fosse universal. Isso explica por que determinadas experiências históricas são silenciadas, especialmente no interior e nas margens do campo político central: o eixo Rio-São Paulo.

Ao longo dos séculos XIX e XX, os historiadores desempenharam papel central nesse processo, atuando como agentes na coleta, organização e legitimação de determinadas memórias em detrimento de outras. Contudo, as diversas mudanças teóricas e metodológicas que atravessaram o campo historiográfico ao longo do tempo (especialmente a partir da segunda metade do século XX) impulsionaram uma crítica à concepção de história como narrativa única e linear, abrindo espaço para a valorização das memórias plurais, fragmentadas e contraditórias presentes nos grupos subalternizados e nas experiências silenciadas. Nesse contexto, o trabalho do historiador não se restringe à coleta de lembranças, mas à problematização das formas como o passado é recordado, silenciado ou transformado em narrativa.

Como observado por Michael Pollack (1989, p. 6), “essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível, afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa.”. Tais disputas nos revelam não apenas conflitos de versões sobre o passado, mas tensões de diferentes regimes de verdade e autoridade narrativa, toda memória é seletiva e mediada por esquemas narrativos que estruturam identidades coletivas. O esquecimento, nesse processo, não é ausência, mas operação ativa (muitas vezes estratégica) que molda o que pode ou não ser dito. Ao analisar as narrativas construídas sobre a ditadura no interior do Brasil, é fundamental considerar como certos silêncios foram institucionalizados como forma de gestão da memória e do trauma (RICOEUR, 2007).

O historiador não trabalha com o passado em si, mas com as representações do passado construídas socialmente (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 36), isto é, com memórias que são moldadas por interesses, afetos, traumas e disputas políticas. Ao estudar a





repressão durante a ditadura militar em regiões pouco visibilizadas como o interior do Paraná, é necessário compreender que a memória dos eventos não é apenas fragmentada, mas também marcada por silenciamentos deliberados e apagamentos institucionais. O papel do historiador, portanto, é o de interrogar essas lacunas, analisar seus efeitos e construir narrativas críticas que rompam com as versões oficiais e resgatem experiências marginalizadas.

A pesquisa histórica visa por meio da crítica, afastar-se das versões consagradas do passado, fazendo aparecer seus defeitos, seus pontos de sutura, fazendo aparecer as costuras malfeitas, os nós forçados, os pontos de esgarçamento das tessituras do passado. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 37).

Essa redefinição da memória como campo de disputa e construção cultural impacta profundamente a maneira que pensamos o ofício do historiador e a própria ideia de história como ciência. A produção do conhecimento histórico não se sustenta na acumulação de dados ou na reverência a versões consagradas do passado, mas é o resultado de uma investigação crítica orientada por perguntas que surgem da realidade social contemporânea. Isso faz com que o historiador não seja um guardião saudoso da tradição, nem um profissional que apenas transmite o passado como uma herança neutra, mas um sujeito que problematiza o presente à luz das permanências e rupturas históricas.

Como afirmou Marc Bloch (2001, p. 65), “*A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado*”, uma máxima que não deve ser tomada como apelo nostálgico, mas como princípio metodológico: compreender historicamente é interrogar criticamente, questionar o óbvio, ouvir o silêncio e reconstruir as ausências. Isso exige romper com narrativas cristalizadas e reinscrever no debate público aquilo que foi deliberadamente apagado. Tal perspectiva implica reconhecer a importância de uma escuta atenta às vozes do passado, considerando os testemunhos e documentos como parte de um processo de significação. Assim, é fundamental superar a dicotomia entre fatos e interpretações, assumindo que o conhecimento histórico é sempre uma construção que exige método, rigor e sensibilidade diante dos silêncios do passado.

No campo da aprendizagem histórica, Rüsen (2012) explica que o ensino de história deve promover a formação da consciência histórica dos sujeitos, isto é, a capacidade de interpretar o presente e perspectivar o futuro à luz das experiências do passado. Para o autor, a aprendizagem histórica acontece no cruzamento entre o vivido, o interpretado e o compartilhado, e isso ocorre em um processo dinâmico em que as três dimensões atuam simultaneamente. Trabalhar com a repressão militar em escala local, portanto, não é apenas uma escolha temática, mas uma estratégia formativa que torna o conhecimento histórico mais





significativo ao aproximá-lo da realidade dos alunos, estimulando a reflexão pessoal e promovendo a troca de perspectivas.

Como argumentam Pereira e Seffner (2018, p. 4), o caráter ético do ensino de história reside na capacidade de provocar, nos estudantes, a construção de si mesmos como sujeitos históricos, isto é, sujeitos capazes de interpretar o passado a partir de seu lugar no presente. Trabalhar com passados sensíveis, como a repressão e a violação de direitos humanos durante a ditadura militar, não significa apresentar conteúdos frios ou neutros, mas mobilizar experiências que despertem a indignação diante da injustiça e abram espaço para uma prática educativa voltada à justiça, à reconciliação e à afirmação dos direitos.

Nesse sentido, a metodologia da aula-oficina, proposta por Isabel Barca (2004) favorece a articulação entre memória, experiência e aprendizado histórico, permitindo que os alunos se tornem sujeitos ativos na elaboração do seu próprio conhecimento. Por meio dessa abordagem eles desenvolvem competências como “o domínio da cronologia, conhecimento e compreensão de temas em âmbito e profundidade, interpretação histórica (interpretação de fontes) e comunicação” (BARCA, 2004 p. 136). Essa abordagem é particularmente adequada ao estudo da repressão em regiões periféricas, pois permite que os estudantes investiguem experiências históricas silenciadas e reflitam criticamente sobre memórias locais, conectando passado e presente de maneira significativa.

Ao considerar a formação da consciência histórica dos estudantes, é fundamental valorizar as experiências vividas como fonte legítima de conhecimento. No estudo da repressão, especialmente em regiões menos centrais como o interior do Paraná, torna-se necessário atentar para a lógica da experiência histórica. A vivência dos sujeitos em contextos autoritários, como a ditadura civil-militar brasileira, não pode ser analisada exclusivamente pelas estruturas institucionais que a sustentaram. É no entrelaçamento entre formas sociais e respostas individuais e coletivas que se constrói a narrativa histórica. A noção de experiência funciona aqui como chave interpretativa: é por meio dela que os sujeitos atribuem sentidos aos acontecimentos vividos, muitas vezes em conflito com as versões impostas pelo poder. Essa abordagem desloca o foco da história oficial para a história vivida, valorizando os processos de resistência, os gestos cotidianos e as memórias subterrâneas.

As narrativas construídas a partir da experiência vivida frequentemente entram em tensão com as versões oficiais da história. No caso da repressão no interior, esse conflito é agravado pela escassez de fontes documentais e pela omissão deliberada de registros institucionais, o que torna a investigação histórica um campo metodologicamente desafiador. Em contextos marcados por silenciamento e esquecimento, o historiador se vê diante da





necessidade de operar com fragmentos, indícios e vestígios. O paradigma indiciário propõe justamente essa forma de investigação: a busca por pequenas pistas capazes de revelar o que foi ocultado (GINZBURG, 1989). Ao lidar com episódios como a atuação repressiva do 30º Batalhão de Infantaria Motorizado no interior do Paraná, torna-se essencial recorrer a testemunhos orais, documentos dispersos, reportagens de época e marcas espaciais, que em conjunto permitem reconstituir narrativas que escapam às versões cristalizadas do passado.

A repressão nas cidades do interior (embora documentada por pesquisas históricas e pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade) ainda não ocupa lugar central nas propostas de transposição didática. Nesse contexto, este projeto buscará contribuir com uma abordagem que, ao tomar Apucarana como estudo de caso, proponha a análise da repressão em escala local como chave pedagógica para a formação histórica crítica, com base em narrativas silenciadas, memórias subterrâneas e experiências regionais. O objetivo é ampliar o repertório disponível aos professores e incentivar práticas de ensino capazes de conectar o passado autoritário às realidades sociais dos estudantes, reforçando os vínculos entre história, democracia e direitos humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa ainda se encontra em sua fase inicial, por isso, os resultados aqui apresentados são de caráter projetivo, com base no referencial teórico e nas fontes preliminares já levantadas. Espera-se que a investigação sobre a repressão em Apucarana (1968–1979) releve memórias silenciadas e narrativas fragmentadas, evidenciando como os silenciamentos institucionais e as experiências locais moldaram a percepção coletiva sobre o período da ditadura civil-militar no interior do Paraná.

A análise preliminar tem indicado que em contextos menos centrais, como Apucarana, as memórias da repressão não foram amplamente documentadas, sendo frequentemente transmitidas por relatos orais ou registros dispersos. Isso reforça a importância de utilizar uma abordagem indiciária (GINZBURG, 1986) e metodologias pedagógicas que valorizem a experiência histórica vivida, permitindo que o historiador interroge lacunas, silenciamentos e ausências no registro oficial.

No que se refere à aplicação da aula-oficina (BARCA, 2004), prevê-se que os estudantes possam se apropriar do passado, construindo narrativas próprias e refletindo sobre a relação entre memória, repressão e democracia. Ao colocar o aluno como um agente central





de construção do conhecimento, tendo o professor como o mediador, essa prática pedagógica ganha potencial para conectar passado, presente e perspectivas futuras, promovendo a formação da consciência histórica e estimulando a interpretação crítica das experiências locais.

Assim, mesmo em sua fase inicial a pesquisa busca demonstrar a relevância de trabalhar com passados sensíveis no ensino de história, especialmente em regiões do interior, contribuindo para a valorização de memórias silenciadas e a ampliação do repertório de práticas pedagógicas. Espera-se que a análise dos dados coletados, incluindo documentos, relatos orais e registros visuais, possibilite identificar tensões entre narrativas oficiais e experiências vividas, levando a aflorar memórias subterrâneas e reforçando a importância de metodologias que incentivem a reflexão crítica e a construção de conhecimento histórico pelos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual do Brasil, marcado pelo crescimento de grupos negacionistas e revisionistas, a memória histórica está em disputa e a sua incopreensão pode contribuir para a intensificação dessas práticas. Tendo em vista esse cenário de disputa, esse trabalho buscará analisar como a repressão política realizada durante a ditadura civil-militar entre os anos de 1968 – 1979 atuou no município de Apucarana-PR e discutir como as memórias locais são lembradas, esquecidas ou até mesmo silenciadas no município, fazendo uma ligação didática entre a pesquisa utilizando a metodologia da aula-oficina.

A partir do referencial teórico abordado, que valoriza memórias plurais, experiências vividas e a problematização de narrativas oficiais, prevê-se que a pesquisa, ao utilizar a metodologia da aula-oficina (BARCA, 2004), os estudantes possam se apropriar do passado, construir narrativas que dêem sentido à sua experiência presente e à perspectiva o futuro desenvolvendo competência de interpretação, comunicação e análise histórica crítica.

Embora a pesquisa ainda esteja em fase inicial, espera-se que este estudo contribua para ampliar ainda mais o repertório de práticas pedagógicas sobre passados sensíveis, fornecendo subsídios teóricos e metodológicos para futuras pesquisas sobre memória e o ensino de história em contextos locais. Além disso, busca-se indicar possibilidades para o aprofundamento da investigação e aplicação prática em escolas, incentivando a valorização de





experiências históricas silenciadas e promovendo debates críticos em sala de aula, fortalecendo os vínculos entre história, democracia e direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís, MONTEIRO, Ana Maria. (Org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012, p. 21-39.

BARCA, Isabel. Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. In. **Para uma educação de qualidade:** Atas da Quarta Jornada de Educação Histórica. Braga, Centro de Investigação em Educação (CIED)/ Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2004, p. 131 – 144.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador:** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOMBA, Guilherme Alves. **Disputas políticas e lutas sociais.:** as contruções identitárias do município de apucarana : 1944 a 2015. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/975467>. Acesso em: 19 nov. 2025.

BOMBA, Guilherme Alves. **Da câmara municipal à câmara de tortura:** o caso do vereador de Apucarana/PR José Godoy Vianna (ARENA), torturado por militares, que processou os seus algozes em 1975. 2022. 317 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Cultura e Política, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022. Disponível em: <http://siteadmin2.uem.br/pph/dissertacoes-e-teses/teses/guilherme-alves-bomba.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Tradução de Fernando Tomaz.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-275. Tradução: Federico Carotti.





PEREIRA, N. M.; SEFFNER, F. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. **Revista História Hoje**, [S.l.], v. 13, p. 14–33, 2018. DOI: 10.20949/rhhj.v7i13.427. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/427>. Acesso em: 20 jun. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos: Memória**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 01 jun. 1989.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François et. al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. *Aprendizagem Histórica: Paradigmas e fundamentos*. Curitiba: W & A Editores, 2012. pp. 69 – 112.

RÜSEN, Jörn. *Como dar sentido ao passado: questões relevantes da meta-história*. História da historiografia, n 02, 2009. p. 163 – 209.

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet; PACIEVITCH, Caroline; GIL, Carmem Zeli de Vargas. Formação docente em história: conhecimentos sensíveis, memórias e diálogos. **Educação, Ciência e Cultura**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 79, 2 out. 2018. Centro Universitário La Salle - UNILASALLE. <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v23i2.4459>.

